



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 27/2026

TURNO: MATUTINO

Emprego: Analista Jurídico

NÍVEL SUPERIOR



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **50 (cinquenta)** questões objetivas você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **3 (três) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, e poderá levar nesse momento o caderno de questões;



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em **material transparente**, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, número de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- O Instituto IASPE coletará as **impressões digitais** dos candidatos no Cartão de Resposta;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.



INSTITUTO
AMAZÔNICO DE SELEÇÃO E
PROMOÇÃO DE EVENTOS

**“A força do direito deve superar
o direito da força.”**

– Rui Barbosa

LÍNGUA PORTUGUESA

Analise o poema de Cecília Meireles e responda às questões 1 e 2.

Retrato

*Eu não tinha este rosto de hoje,
Assim calmo, assim triste, assim magro,
Nem estes olhos tão vazios,
Nem o lábio amargo.
Eu não tinha estas mãos sem força,
Tão paradas e frias e mortas;
Eu não tinha este coração
Que nem se mostra.
Eu não dei por esta mudança,
Tão simples, tão certa, tão fácil:
- Em que espelho ficou perdida
a minha face?*

(Cecília Meireles)

1. Atentando-se para os aspectos semânticos, discursivos e a construção lírica do poema de Cecília Meireles, julgue os itens a seguir como Verdadeiro (V) ou Falso (F):

I - () A reiteração dos pronomes demonstrativos "este(s), esta(s)" cumpre uma função dêitica que aproxima o leitor da dimensão corpórea atual do eu lírico, evidenciando uma autopercepção marcada pelo distanciamento alienante em relação ao próprio presente.

II - () No último quarteto, os adjetivos "simples", "certa" e "fácil" operam uma ironia trágica: a transição existencial, embora inexorável e desprovida de percalços mecânicos, é recebida com perplexidade e assombro pela consciência lírica, que não acompanhou ativamente o próprio declínio.

III - () A negação reiterada "Eu não tinha..." projeta uma imagem pretérita de vivacidade e completude, em oposição à falência física e emocional do presente.

IV - () A pergunta retórica que encerra o poema ("- Em que espelho ficou perdida / A minha face?") denota uma busca metafísica pela identidade original, sugerindo que a alienação do ser decorre de uma distorção deliberada promovida pelo meio externo, cindindo a essência e a aparência.

V - () Do ponto de vista da progressão temática, o poema estrutura-se a partir de um movimento que vai do universal ao particular, partindo de uma reflexão filosófica abstrata sobre o tempo para, ao final, corporificar-se na fisionomia deteriorada do sujeito lírico.

Assinale a alternativa que preenche corretamente os parênteses, de cima para baixo:

- (A) V - V - F - V - F
(B) F - V - V - F - V
(C) F - V - F - V - V
(D) V - V - V - F - F
(E) V - F - V - F - V

2. Com base na norma-padrão da língua portuguesa e na análise do poema “Retrato”, de Cecília Meireles, classifique as assertivas a seguir em Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

I – () No verso “*Nem o lábio amargo*”, a elipse do verbo “*tinha*” e do padrão de demonstrativo configura um zeugma, mantendo-se a estrutura sintática de objeto direto composto em relação ao verbo da oração antecedente.

II – () No trecho “Eu não tinha este coração / Que nem se mostra”, o vocábulo ‘Que’ classifica-se como pronome relativo com função sintática de sujeito, referindo-se ao termo antecedente ‘coração’.

III – () Caso o último período fosse reescrito mantendo o mesmo sentido e a relação semântica de lugar expressos no texto original, estaria correta a substituição por: “*De que espelho ficou perdida a minha face?*”.

IV – () No verso “*Tão paradas e frias e mortas*”, a conjunção aditiva “e” é empregada de forma polissindética, atuando como elemento de coesão que intensifica o estado de inércia atribuído ao substantivo “*mãos*”.

V – () A substituição do vocábulo “*Assim*” (v. 2) por “*Conquanto*” preservaria a coerência textual e a correção gramatical do período, visto que ambos guardam valor estritamente explicativo no contexto lírico.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

- (A) V - V - F - V - F
- (B) V - F - V - V - V
- (C) F - F - F - V - V
- (D) F - F - V - F - V
- (E) V - V - V - F - V

3. Considere as palavras em destaque no texto abaixo, atentando-se para as regras de derivação morfológica da língua portuguesa:

Ao entardecer, a multidão desnorteada aguardava que o povo se mobilizasse de forma fervorosa. Não havia espaço para o combate nem tempo para o jantar; apenas a repulsa à desonestidade movia o cidadão brasileiro.

I. O vocábulo *entardecer* é formado por derivação parassintética, enquanto *desnorteada* resulta de derivação prefixal e sufixal não simultânea, visto que a base admite a existência prévia da forma autônoma *norteada*.

II. As palavras *combate* e *jantar* exemplificam, respectivamente, casos de derivação regressiva (ou deverbal) e derivação imprópria (ou conversão), pois na primeira há redução da forma verbal com mudança de classe gramatical, e na segunda ocorre mudança de classe sem alteração da estrutura fônica.

III. Os termos *fervorosa*, *desonestidade* e *brasileiro* representam casos de derivação afixal (sufixal ou prefixal e sufixal), sendo que a palavra *povo* constitui a forma primitiva da qual derivam cognatos por afixação no mesmo campo semântico.

Em relação às assertivas acima, assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas a assertiva II está correta.
- (B) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- (D) Todas as assertivas estão corretas.
- (E) Nenhuma das assertivas está correta.

4. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão corretamente grafadas e têm seu acento gráfico (ou a ausência dele) justificado de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa:

- (A) Heroico, jiboia e idolo não levam acento gráfico, pois palavras paroxítonas com ditongos abertos ou terminadas em vogal simples não são acentuadas.
- (B) Os vocábulos vem (3ª pessoa do plural do presente) e pôde (pretérito perfeito do indicativo) mantêm seus acentos diferenciais obrigatórios para distinção gramatical de tempo e número.
- (C) Os termos hífen, pólen e hífen devem ser obrigatoriamente acentuados por serem palavras paroxítonas terminadas no fonema nasal “n” ou “ns”.
- (D) As formas verbais abençõe, vêem e crêem perderam o acento circunflexo com o Acordo Ortográfico por se tratarem de palavras proparoxítonas aparentes.
- (E) As palavras raízes e saúde são acentuadas porque a vogal “i” ou “u” tônica forma hiato com a vogal anterior, está sozinha ou seguida de “s” na sílaba e não é sucedida por “nh”.

5. Quanto à concordância verbal, assinale a alternativa ajustada às exigências da norma-padrão:

- (A) Aluga-se salas comerciais no centro da cidade, mas precisam-se de novos investidores para financiar as reformas do prédio.
- (B) Haja vista os constantes atrasos nas obras, esperavam-se que a diretoria e os conselheiros chegassem a um acordo razoável.
- (C) Mais de um candidato questionaram o gabarito oficial, embora já se houvessem passado vários dias da divulgação dos resultados.
- (D) A maioria dos servidores públicos aprovou a proposta de reestruturação de carreiras, mas um e outro especialista criticou os pontos principais.
- (E) Fui eu que organizou todo o cronograma do projeto, visto que existia, no departamento, muitos documentos pendentes de análise.

6. Indique a alternativa em que a regência verbal empregada no enunciado atende rigorosamente à norma-padrão da língua portuguesa:

- (A) O relatório apresentado pelo auditor implica em severas sanções aos diretores que desobedeceram o regimento interno.
- (B) O cargo ao qual aspira o jovem jurista exige dedicação exclusiva, uma vez que a diretoria não simpatiza com candidatos descompromissados.
- (C) A comissão informou aos servidores de que a nova diretriz visava o aprimoramento dos serviços prestados.
- (D) O projeto prefere mais investir em inovação do que manter processos arcaicos que não atendem às demandas atuais.
- (E) O supervisor não assistiu o debate interativo, embora a medida visasse o benefício de toda a equipe técnica.

7. Observe as normas de regência verbal, regência nominal e o emprego do sinal indicativo de crase na norma-padrão da língua portuguesa e assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto a seguir:

A decisão do juiz obedeceu ___ reivindicações da comunidade, que há anos solicitava acesso ___ políticas públicas eficientes. Em seguida, o magistrado referiu-se ___ uma jurisprudência recente e declarou-se disposto ___ colaborar com os órgãos competentes.

- (A) às / a / a / a
- (B) à / a / a / a
- (C) às / à / à / a
- (D) à / às / a / à
- (E) às / a / à / a

8. Leia o período a seguir e avalie o valor semântico dos conectivos. Assinale a opção em que a substituição dos termos em **destaque** altera fundamentalmente o sentido original do texto:

O relatório de auditoria apontou diversas irregularidades na execução do contrato; **entretanto**, a administração optou por manter a vigência do ajuste **a fim de** evitar a interrupção abrupta dos serviços essenciais.

- (A) no entanto / com o intuito de.
- (B) contudo / com vistas a.
- (C) porquanto / para que se possa.
- (D) não obstante / com o propósito de.
- (E) todavia / de modo a.

9. Considere as regras gramaticais da norma-padrão da língua portuguesa relativas à concordância verbal e nominal e assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto a seguir:

Já mais de três anos que os setores operacionais da instituição pública de novos equipamentos de informática. de haver alternativas viáveis para sanar tais deficiências, mas a maioria dos gestores prudente aguardar a conclusão da auditoria, sendo cautela no dispêndio dos recursos disponíveis.

- (A) faz — carecem — Hão — julgam — necessária.
- (B) fazem — carece — Há — julga — necessário.
- (C) faz — carecem — Há — julgam — necessário.
- (D) fazem — carecem — Hão — julga — necessária.
- (E) faz — carece — Hão — julgam — necessária.

10. Considerando as regras do Acordo Ortográfico vigente acerca do uso (ou não) do hífen, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto abaixo:

Para o programa de saúde do trabalho da empresa, a diretoria decidiu com o novo visando promover campanhas de prevenção e orientações que reduzam lesões por esforço repetitivo e aumentem a dos colaboradores.

- (A) re-estruturar — co-operar — sub-gerente — anti-inflamatórias — auto-estima.
- (B) reestruturar — cooperar — subgerente — anti-inflamatórias — autoestima.
- (C) re-estruturar — cooperar — sub-gerente — antiinflamatórias — auto-estima.
- (D) reestruturar — co-operar — subgerente — antiinflamatórias — autoestima.
- (E) re-estruturar — cooperar — subgerente — anti-inflamatórias — auto-estima.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

11. Em um esforço de conciliação para recuperação de receitas próprias, a Procuradoria Jurídica do Centro Universitário de Adamantina analisou um lote com exatamente 200 processos administrativos de cobrança de mensalidades em atraso.

Na primeira fase da triagem, o Analista Jurídico responsável constatou que 60% dos processos do lote possuíam débitos inferiores a R\$ 5.000,00. Dentre esses processos com débitos inferiores a R\$ 5.000,00, exatamente 25% resultaram em acordos imediatos e foram arquivados. Dos demais processos do lote (com débitos iguais ou superiores a R\$ 5.000,00), 15% também foram encerrados por celebração de acordo.

Considerando apenas esses dados, o número total de processos desse lote que foram encerrados mediante acordo correspondeu a:

- (A) 30.
- (B) 42.
- (C) 48.
- (D) 52.
- (E) 60.

12. Para organizar a colação de grau dos formandos do Centro Universitário de Adamantina, uma comissão formada por 6 alunos, trabalhando no mesmo ritmo constante, montou e conferiu os kits de becas e capelos de toda a turma em exatamente 4 horas.

Se essa mesma comissão contasse com 8 alunos, trabalhando com o mesmo ritmo e nas mesmas condições de produtividade, esse mesmo trabalho teria sido concluído em:

- (A) 2 horas e 30 minutos.
- (B) 3 horas e 20 minutos.
- (C) 5 horas e 20 minutos.
- (D) 5 horas e 30 minutos.
- (E) 3 horas.

RASCUNHO

13. Futuro Analista Jurídico, considere como verdadeira a seguinte proposição composta:

"Se o parecer é conclusivo e o processo está instruído, então o contrato é assinado."

Com base estritamente nas regras de equivalência lógica, uma proposição logicamente equivalente à afirmação dada é:

- (A) Se o contrato não é assinado, então o parecer não é conclusivo e o processo não está instruído.
- (B) O parecer é conclusivo e o processo está instruído, ou o contrato não é assinado.
- (C) Se o contrato não é assinado e o parecer é conclusivo, então o processo não está instruído.
- (D) Se o contrato é assinado, então o parecer é conclusivo ou o processo está instruído.
- (E) O parecer não é conclusivo e o processo não está instruído, a menos que o contrato não seja assinado.

14. Considere a seguinte afirmação feita por um procurador autárquico:

"Se o processo administrativo for instruído no prazo, então o servidor será promovido ou receberá gratificação de desempenho."

De acordo com as regras do cálculo proposicional clássico, a negação lógica dessa afirmação é expressa por:

- (A) O processo administrativo é instruído no prazo, e o servidor não é promovido e não recebe gratificação de desempenho.
- (B) Se o processo administrativo não for instruído no prazo, então o servidor não será promovido e não receberá gratificação de desempenho.
- (C) O processo administrativo não é instruído no prazo, ou o servidor é promovido ou recebe gratificação de desempenho.
- (D) O processo administrativo é instruído no prazo, e o servidor não é promovido ou não recebe gratificação de desempenho.
- (E) Se o servidor não for promovido e não receber gratificação de desempenho, então o processo administrativo não foi instruído no prazo.

15. Três servidores públicos — André, Bruno e Carlos — atuam em três setores distintos do Centro Universitário de Adamantina: Protocolo, Licitações e RH, não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que:

I. Carlos trabalha no RH.

II. André não trabalha no Protocolo.

Com base exclusivamente nessas informações, é correto concluir que:

- (A) André trabalha no RH.
- (B) Carlos trabalha nas Licitações.
- (C) André trabalha nas Licitações e Bruno no RH.
- (D) Bruno trabalha no Protocolo.
- (E) Bruno trabalha nas Licitações.

16. Considere a proposição lógica composta P , definida por:

$$P: (p \wedge \neg q) \rightarrow (p \leftrightarrow q)$$

A tabela-verdade correspondente a essa proposição foi parcialmente preenchida por um analista, que utilizou as letras **V** para os valores lógicos verdadeiros e **F** para os falsos:

Linha	p	q	$\neg q$	$p \wedge \neg q$	$p \leftrightarrow q$	$P: (p \wedge \neg q) \rightarrow (p \leftrightarrow q)$
1ª	V	V	F	F	V	(X)
2ª	V	F	V	V	F	(Y)
3ª	F	V	F	F	F	(Z)
4ª	F	F	V	F	V	(W)

Os valores lógicos que preenchem correta e ordenadamente as lacunas (X), (Y), (Z) e (W), de cima para baixo na última coluna, são:

- (A) V – F – V – V
- (B) V – V – F – V
- (C) F – V – V – F
- (D) V – F – F – V
- (E) F – F – V – V

RASCUNHO

17. Considere a seguinte afirmação feita por um coordenador pedagógico:

"O aluno estuda no Centro Universitário de Adamantina e estagia na Procuradoria Jurídica."

A negação lógica dessa afirmação é expressa por:

- (A) O aluno não estuda no Centro Universitário de Adamantina e não estagia na Procuradoria Jurídica.
- (B) Se o aluno não estuda no Centro Universitário de Adamantina, então não estagia na Procuradoria Jurídica.
- (C) O aluno estuda no Centro Universitário de Adamantina ou não estagia na Procuradoria Jurídica.
- (D) O aluno não estuda no Centro Universitário de Adamantina e estagia na Procuradoria Jurídica.
- (E) O aluno não estuda no Centro Universitário de Adamantina ou não estagia na Procuradoria Jurídica.

18. Considere a seguinte sequência numérica, cujos termos foram gerados a partir de determinado padrão lógico e aritmético:

2, 5, 11, 23, 47, ...

Mantida essa mesma regra de formação, o próximo elemento dessa sequência é igual a:

- (A) 89
- (B) 91
- (C) 93
- (D) 95
- (E) 97

RASCUNHO

19. O setor de atendimento do Centro Universitário de Adamantina registrou o número de certidões acadêmicas emitidas ao longo dos quatro primeiros meses de 2026, conforme a tabela a seguir:

Mês	Certidões Emitidas
Janeiro	160
Fevereiro	180
Março	179
Abril	210

Com base exclusivamente nos dados da tabela, a quantidade total de certidões emitidas nos dois meses de maior movimento foi de:

- (A) 300
- (B) 330
- (C) 390
- (D) 360
- (E) 420

20. Em um estudo de matemática financeira para modelagem de fluxos de caixa, um analista simulou a liquidação conjunta de duas obrigações pecuniárias vencidas, ambas com valor nominal original de R\$ 2.000,00 cada:

- A Obrigação 1 teve seu vencimento ocorrido há exatamente 2 meses.
- A Obrigação 2 teve seu vencimento ocorrido há exatamente 1 mês.

Para fins exclusivos da simulação proposta, foram adotadas as seguintes regras de cálculo:

1. Incidência de encargo compensatório fixo e único de 2% sobre o valor nominal de cada obrigação.
2. Incidência de juros compostos à taxa de 10% ao mês, capitalizados mensalmente, incidentes sobre o montante resultante da soma do valor nominal com o respectivo encargo compensatório a cada mês de atraso transcorrido.

Considerando estritamente os parâmetros definidos na simulação e desconsiderando qualquer outro fator financeiro, o montante total apurado para a quitação conjunta das duas obrigações é de:

- (A) R\$ 4.600,00
- (B) R\$ 4.712,40
- (C) R\$ 4.732,80
- (D) R\$ 4.896,00
- (E) R\$ 4.936,80

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. No que tange à disciplina constitucional e à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

- (A) O controle difuso de constitucionalidade só pode ser exercido pelos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais, sendo vedado aos juízes singulares de primeira instância.
- (B) Como regra geral, a decisão definitiva de mérito proferida pelo STF em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) produz eficácia contra todos (*erga omnes*) e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública, não vinculando, contudo, o Poder Legislativo em sua função típica de legislar.
- (C) Os efeitos da declaração incidental de inconstitucionalidade pelo STF no controle difuso são, como regra geral, *erga omnes* e vinculantes desde a publicação do acórdão, independentemente de atuação do Senado Federal.
- (D) Prefeitos Municipais possuem legitimidade ativa para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal em face de leis federais que afetem a autonomia local.
- (E) Admite-se a propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade em face de normas constitucionais originárias, desde que violem cláusulas pétreas.

22. Considere a disciplina constitucional dos Direitos e Garantias Fundamentais (art. 5º da CF/88), a teoria geral dos direitos fundamentais e o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal a respeito de sua eficácia e aplicabilidade.

Analise as seguintes proposições:

- I. Conforme entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, a eficácia horizontal dos direitos fundamentais admite a incidência direta de garantias como o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa nas relações entre particulares (a exemplo da exclusão de membros de associações), observando-se a disparidade fática entre as partes.
- II. A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano (art. 5º, LXX, "b", da CF/88) pressupõe, segundo tese de repercussão geral do STF, autorização expressa individual ou assemblear específica dos associados, aplicando-se o mesmo regime da representação processual ordinária das associações (art. 5º, XXI, da CF/88).
- III. O princípio da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, da CF/88) veda, de forma absoluta e irrestrita no ordenamento brasileiro, qualquer exigência legal de prévio exaurimento ou provocação da via administrativa como requisito para o ajuizamento de ações judiciais.
- IV. O sigilo das comunicações telefônicas é direito fundamental de proteção estrita, admitindo a ordem constitucional a sua quebra e a interceptação das comunicações por determinação judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, não sendo admitida a utilização da prova obtida para instruir processo administrativo disciplinar superveniente (PAD), em razão do princípio da vedação à prova ilícita por derivação.

Está correto o que se afirma apenas em:

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) II e IV.

23. O Reitor de uma autarquia municipal de ensino superior editou uma resolução interna que estabeleceu novos requisitos para a concessão de licença-capacitação aos seus servidores docentes, restringindo direitos previstos expressamente no Estatuto dos Servidores Públicos do respectivo Município, veiculado por Lei Complementar Municipal.

Considerando a ordem constitucional brasileira, a hierarquia das normas e o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), a referida resolução é:

- (A) Válida, em razão da autonomia didático-científica e administrativa assegurada constitucionalmente às universidades, a qual autoriza atos regulamentares autárquicos a restringirem a legislação local aplicável.
- (B) Inválida perante normas federais, mas dotada de hierarquia equivalente às leis municipais ordinárias no âmbito interno do campus universitário.
- (C) Válida, desde que a restrição tenha sido devidamente aprovada por maioria absoluta pelo Conselho Universitário da instituição autárquica.
- (D) Inconstitucional por vício de competência legislativa privativa da União, sendo inviável a existência de estatuto próprio para servidores públicos municipais.
- (E) Inválida, por configurar violação ao princípio da legalidade e à hierarquia normativa, uma vez que atos administrativos regulamentares possuem natureza infralegal e não podem inovar na ordem jurídica originária contra legem.

24. Manuel, cidadão de nacionalidade originária exclusivamente portuguesa, reside de forma contínua no Brasil há 3 (três) anos, com visto de permanência regular, e nunca sofreu condenação penal. Recentemente, foi aprovado em processo seletivo público para o cargo de docente de nível superior do Centro Universitário de Adamantina/SP.

Antes da investidura no cargo, a comissão do certame suscitou dúvida formal sobre a aptidão de Manuel para titularizar cargo público efetivo da administração indireta local.

Considerando estritamente a disciplina constitucional da nacionalidade, assinale a opção que resolve corretamente a situação descrita:

- (A) Manuel possui direito subjetivo automático à investidura no cargo independentemente de manifestação formal, porquanto o gozo dos direitos inerentes ao brasileiro decorre diretamente do texto constitucional aos originários de países de língua portuguesa com mais de 1 (um) ano de residência ininterrupta.
- (B) A investidura de Manuel é condicionada à aquisição da nacionalidade brasileira pela via da naturalização extraordinária (quinzenária), única modalidade que supre a vedação constitucional de acesso de estrangeiros a cargos públicos de provimento efetivo.
- (C) Caso haja reciprocidade em favor de brasileiros e tenha havido o reconhecimento formal do estatuto de igualdade, serão atribuídos a Manuel os direitos inerentes ao brasileiro, sendo vedado à lei municipal criar distinções de acesso ao cargo público não previstas expressamente na Constituição Federal.
- (D) A investidura é constitucionalmente inviável enquanto Manuel não for naturalizado, pois o regime de reciprocidade assegurado aos portugueses limita-se ao gozo de direitos fundamentais individuais e civis, não alcançando o acesso a cargos e funções públicas remuneradas pela Fazenda Pública.
- (E) O provimento do cargo por Manuel exige autorização expressa do Ministério da Justiça e Segurança Pública com base em juízo de conveniência e oportunidade, ressalvado que, por se tratar de cargo de natureza técnico-científica, incide a reserva constitucional privativa de brasileiro nato.

25. Sobre as limitações constitucionais ao poder de tributar, cabe privativamente a:

- (A) Emenda Constitucional regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- (B) Medida provisória dispor sobre normas gerais em matéria de legislação tributária e suas limitações.
- (C) Lei ordinária federal, estadual ou municipal disciplinar as limitações constitucionais ao poder de tributar no âmbito de cada ente federativo.
- (D) Decreto legislativo do Congresso Nacional fixar os limites e vedações aplicáveis à instituição e cobrança de tributos, pois se trata de interesse da população em geral.
- (E) Lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.

26. O Município de Adamantina (SP), historicamente cognominado como a "Joia da Nova Alta Paulista", mantém como autarquia municipal o Centro Universitário de Adamantina (FAI), instituição pública voltada à oferta de educação de nível superior. Diante de restrições orçamentárias locais, o Poder Executivo municipal editou decreto destinando parte substancial das receitas vinculadas da educação exclusivamente à expansão dos cursos de graduação da autarquia, sob o argumento de que a promoção do ensino superior é atribuição prioritária do Município em razão de sua autonomia político-administrativa.

Considerando a repartição constitucional de competências materiais e legislativas e o entendimento das cortes superiores, a conduta do Município é:

(A) Válida, pois o Município detém competência constitucional privativa para instituir e manter sistemas autônomos de educação superior, cabendo-lhe definir discricionariamente as prioridades de investimento público dentro de seus limites territoriais.

(B) Inválida, pois a atuação dos Municípios no ensino superior é meramente residual, subordinada ao atendimento pleno e prioritário da educação infantil e do ensino fundamental, cabendo precipuamente à União o papel redistributivo e a coordenação do sistema federal e do ensino superior.

(C) Válida, desde que a instituição de ensino superior municipal seja fiscalizada e regulada diretamente pelo Ministério da Educação (MEC), dada a competência legislativa exclusiva da União para fiscalizar e autorizar cursos em todas as esferas federativas.

(D) Inválida, na medida em que a Constituição Federal veda expressamente a criação e manutenção de instituições públicas de ensino superior pelo Poder Público municipal em qualquer hipótese fática.

(E) Válida, por força do princípio da colaboração federativa, segundo o qual Estados e Municípios exercem competência material concorrente e linear em todos os níveis educacionais sem vinculação de prioridade funcional.

27. No que concerne ao regime constitucional dos servidores públicos, assinale a alternativa correta:

(A) O servidor público estável cujo cargo venha a ser extinto por lei será imediatamente exonerado sem direito a qualquer retribuição pecuniária, extinguindo-se em definitivo o seu vínculo funcional com a Administração Pública.

(B) A aquisição da estabilidade no serviço público prescinde de aprovação em avaliação especial de desempenho, bastando o decurso do prazo de dois anos de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo.

(C) O servidor público em estágio probatório pode ser exonerado discricionariamente pela autoridade competente, sem a necessidade de instauração de procedimento administrativo com garantia do contraditório e da ampla defesa.

(D) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, este será reintegrado no cargo, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

(E) O prazo constitucional do estágio probatório permanece fixado em dois anos, não tendo a alteração do prazo de estabilidade para três anos gerado reflexos no período de estágio dos servidores civis.

28. No que tange às competências privativas do Presidente da República e à possibilidade de delegação de atribuições expressamente prevista na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

(A) O Presidente da República pode delegar aos Ministros de Estado a competência para conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.

(B) A competência privativa para dispor, mediante decreto regulamentar autônomo, sobre a criação ou extinção de Ministérios e órgãos da administração pública pode ser integralmente delegada ao Advogado-Geral da União.

(C) A iniciativa privativa para sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução, é passível de delegação ao Procurador-Geral da República.

(D) É indelegável a edição de decreto para dispor sobre a organização e funcionamento da administração federal, ainda que a medida não implique aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

(E) O Presidente da República pode delegar ao Vice-Presidente da República a competência privativa para declarar guerra e celebrar a paz, independentemente de autorização do Congresso Nacional.

29. Determinada Assembleia Legislativa aprovou proposta de emenda à Constituição Estadual visando extinguir o respectivo Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) já existente e em pleno funcionamento na data de promulgação da Carta Magna de 1988, transferindo integralmente o acervo de processos, servidores e atribuições de fiscalização externa dos entes municipais para o Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Considerando o regime constitucional dos Tribunais de Contas e as inovações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 139/2026, a emenda à Carta estadual é:

(A) Válida, haja vista que a Emenda Constitucional nº 139/2026 restringiu-se a consagrar a vedação à extinção dos Tribunais de Contas dos Estados (TCEs) e do Distrito Federal, remanescendo incólume a prerrogativa do constituinte decorrente para extinguir Cortes de Contas municipais por razões de contenção de despesa.

(B) Válida, desde que a fusão estrutural entre o TCM e o TCE seja ratificada por referendo popular no âmbito de todos os Municípios jurisdicionados e precedida de parecer favorável do Tribunal de Contas da União (TCU).

(C) Inconstitucional, unicamente pelo vício formal subjetivo de iniciativa, porquanto a supressão de órgãos autônomos de fiscalização contábil subordina-se à iniciativa privativa reservada ao Chefe do Poder Executivo estadual, supérfluo por lei complementar ordinária.

(D) Inconstitucional, pois a Emenda Constitucional nº 139/2026 operou a superação legislativa do precedente jurisprudencial anterior ao erigir os Tribunais de Contas a instituições permanentes e vedar expressamente não apenas a criação e instalação, mas também a extinção dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.

(E) Válida, porque o princípio da simetria com o modelo federal impõe a existência de apenas um Tribunal de Contas por ente federativo federado, configurando anomalia institucional a subsistência de órgãos de contas dedicados aos Municípios.

30. Tonhão, servidor público estatutário ocupante de cargo efetivo na estrutura administrativa do Centro Universitário de Adamantina, obteve aposentadoria voluntária por tempo de contribuição com a utilização do tempo desse mesmo cargo público. Contudo, pretendendo manter-se em atividade ou acumular a remuneração com os proventos, Tonhão pleiteou a continuidade do exercício de suas funções, sustentando que a aposentadoria concedida não extinguiria automaticamente a relação estatutária com a autarquia.

À luz da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal (STF), a pretensão de Tonhão:

(A) É legítima, tendo em vista que a concessão de benefício previdenciário constitui direito subjetivo patrimonial do servidor, sendo vedada a vacância compulsória de cargo público efetivo antes dos 75 anos de idade.

(B) Depende unicamente de autorização discricionária do Reitor do Centro Universitário, que poderá admitir a permanência por razões de conveniência administrativa e notória especialização funcional.

(C) É inviável, porquanto a aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública acarreta o rompimento do vínculo funcional que gerou o referido tempo.

(D) É admissível sem restrições, desde que a soma de sua remuneração de atividade com os proventos da aposentadoria não ultrapasse o teto remuneratório constitucional aplicável ao Poder Executivo estadual.

(E) É viável exclusivamente mediante a transformação automática do cargo estatutário de Tonhão em emprego público regido pela CLT, dispensando a realização de novo concurso público em respeito à segurança jurídica.

DIREITO ADMINISTRATIVO

31. Em processo administrativo instaurado no âmbito do Centro Universitário de Adamantina/SP para apurar a regularidade de concessão de incentivo funcional a servidor estatutário, a comissão processante constatou que a Administração incorreu em equívoco formal na instrução probatória, enquanto o servidor adotou conduta contraditória com declarações prestadas em fases anteriores do certame.

Considerando o regime jurídico-administrativo e as normas gerais que disciplinam o processo administrativo no âmbito do poder público, incidem de maneira bilateral e recíproca, vinculando deveres éticos, lealdade de conduta e vedação ao comportamento contraditório tanto para a Administração Pública autárquica quanto para o administrado, os postulados decorrentes do princípio:

- (A) da publicidade.
- (B) da continuidade do serviço público.
- (C) da autotutela.
- (D) da boa-fé.
- (E) da supremacia do interesse público.

32. Ao analisar a estrutura organizacional do Centro Universitário de Adamantina, a Procuradoria Jurídica destacou em parecer que a instituição se qualifica como autarquia municipal dotada de personalidade jurídica de direito público, integrando o rol de entes e agentes que compõem o aparelho do Estado encarregado da gestão dos serviços educacionais locais.

Sob a ótica da teoria geral do Direito Administrativo, ao definir e identificar a Administração Pública como o complexo de órgãos, entidades estatais e agentes públicos legalmente incumbidos da execução das funções administrativas, emprega-se o conceito de administração pública em seu sentido:

- (A) objetivo, funcional ou material.
- (B) subjetivo, formal ou orgânico.
- (C) teleológico, axiológico ou finalístico.
- (D) pragmático, sociológico ou comportamental.
- (E) principiológico, dogmático ou normativo.

33. No tocante à organização da Administração Pública brasileira, a entidade integrante da Administração Indireta instituída mediante a afetação de um patrimônio público personalizado a uma finalidade específica de interesse social, sem fins lucrativos, cuja área de atuação deve ser definida por lei complementar, tem como exemplo concreto a/o:

- (A) Instituto Federal de São Paulo (IFSP).
- (B) Centro Universitário de Adamantina (FAI).
- (C) Caixa Econômica Federal.
- (D) Ministério da Educação (MEC).
- (E) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

34. Após regular procedimento de contratação direta por dispensa de valor, a Reitoria do Centro Universitário de Adamantina celebrou contrato administrativo para a aquisição de insumos laboratoriais.

Nos termos expressos da Lei Federal nº 14.133/2021, a divulgação do instrumento contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) constitui condição indispensável para a sua eficácia e deve ser realizada, contada da data de sua assinatura, no prazo de:

- (A) 20 (vinte) dias úteis.
- (B) 10 (dez) dias úteis.
- (C) 15 (quinze) dias corridos.
- (D) 10 (dez) dias corridos.
- (E) 5 (cinco) dias úteis.

35. Em agosto de 2026, para atender à necessidade urgente de manutenção corretiva nas instalações elétricas de seu campus, a Reitoria do Centro Universitário de Adamantina deflagrou contratação direta sem certame licitatório.

À luz da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação fundada em situação emergencial ou de calamidade pública:

- (A)** qualifica-se como hipótese de inexigibilidade de licitação decorrente da inviabilidade fática de competição.
- (B)** caracteriza dispensa de licitação que autoriza a celebração de contrato com prazo improrrogável de até 180 (cento e oitenta) dias.
- (C)** caracteriza hipótese de dispensa de licitação, sendo restrita aos bens e serviços necessários ao atendimento da urgência, com prazo máximo do contrato fixado em 1 (um) ano, vedada a prorrogação.
- (D)** constitui licitação dispensada, por se tratar de alienação compulsória de bens no interesse da Administração Indireta.
- (E)** opera como inexigibilidade de licitação, admitindo recontração sucessiva da mesma empresa pela via emergencial sem necessidade de apuração de responsabilidade de quem deu causa à mora.

36. Para atender à demanda da comunidade acadêmica por serviços de alimentação, a Reitoria do Centro Universitário de Adamantina (FAI) outorgou a um comerciante particular a exploração de um quiosque de lanches no pátio interno de seu campus universitário. O ato foi formalizado mediante a expedição de alvará, ostentando natureza unilateral, discricionária e precária, restando expressamente consignada a possibilidade de revogação a qualquer tempo por motivo superveniente de conveniência e oportunidade, sem ensejar direito a indenização pelo período remanescente.

No tocante ao regime jurídico das formas de utilização privativa de bens públicos por particulares, a hipótese narrada qualifica-se formal e materialmente como:

- (A)** concessão de uso de bem público, a qual pode ser outorgada mediante alvará quando envolver área fracionária e prescindir de investimentos estruturais de vulto pelo particular.
- (B)** autorização de uso de bem público, instituto vocacionado à exploração privativa em que sobressai o interesse predominante da coletividade, formalizado por termo contratual ou alvará.
- (C)** permissão de uso de bem público, consubstanciada em ato administrativo unilateral, discricionário e precário, pelo qual a Administração consente na utilização privativa de bem público para atividade em que se constata manifesto interesse público e da comunidade.
- (D)** concessão de direito real de uso, de natureza resolúvel e formalizada por alvará de investidura, gerando direito real de garantia passível de revogação discricionária unilateral sem ônus indenizatório.
- (E)** cessão de uso a título oneroso, modalidade de contrato administrativo de direito público caracterizada pela precariedade estrita e pela possibilidade de desconstituição sumária sem contraditório.

37. No âmbito do Centro Universitário de Adamantina, a Reitoria indeferiu pedido de licença para capacitação formulado por determinado servidor estável, invocando razões de conveniência e oportunidade diante da carência temporária de pessoal no setor acadêmico. Em ato contínuo, a autoridade concedeu aposentadoria voluntária a outro servidor que preencheria integralmente os requisitos temporais e etários previstos na legislação de regência.

Considerando a classificação dos atos administrativos quanto ao grau de liberdade da Administração Pública e a jurisprudência pacífica do STF e do STJ, é correto afirmar que:

- (A)** O indeferimento da licença e a concessão da aposentadoria qualificam-se como atos discricionários, competindo privativamente à autoridade universitária avaliar o mérito administrativo e a oportunidade em ambas as situações.
- (B)** O Poder Judiciário está autorizado a revogar o indeferimento da licença por considerá-lo inoportuno, resguardado o controle estrito de legalidade na concessão da aposentadoria.
- (C)** Ambos os atos são vinculados, porquanto o princípio da estrita legalidade impede a atuação discricionária em matéria de direitos e vantagens funcionais de servidores estatutários autárquicos.
- (D)** O indeferimento da licença consubstancia ato discricionário fundado no juízo de conveniência e oportunidade, enquanto a concessão da aposentadoria constitui ato estritamente vinculado, inexistindo margem de escolha para a autoridade uma vez satisfeitos os requisitos legais.
- (E)** A concessão da aposentadoria ostenta natureza discricionária quanto à fixação da data de vigência do ato, ao passo que o indeferimento da licença para capacitação é sempre vinculado ao interesse público primário.

38. Determinada contratação de serviços de tecnologia celebrada pelo Centro Universitário de Adamantina passou a ser objeto de fiscalização quanto à conformidade financeira e orçamentária. Paralelamente, a Reitoria da autarquia instaurou processo de revisão para reavaliar a conveniência de ato interno expedido por setor subordinado.

No tocante à classificação e às formas de controle da Administração Pública, a fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas sobre as contas da autarquia e a revisão interna de atos pela própria Reitoria qualificam-se, respectivamente, como:

- (A) controle interno de legalidade e controle externo de mérito.
- (B) controle judicial preventivo e controle hierárquico repressivo.
- (C) tutela administrativa e controle parlamentar direto.
- (D) controle externo e controle por autotutela (interno).
- (E) controle social e controle legislativo político.

39. Em procedimento licitatório processado sob o critério de julgamento de menor preço para a contratação de obras de engenharia no campus do Centro Universitário de Adamantina, a autoridade competente constatou vício formal insanável na fase de julgamento das propostas. Diante disso, cogitou a anulação parcial do certame; todavia, a fiscalização identificou, em momento posterior, que a própria necessidade pública que justificara a contratação desaparecera em razão de fato superveniente decorrente de alteração imprevisível nas diretrizes pedagógicas e orçamentárias institucionais. Paralelamente, em contrato administrativo já em execução para fornecimento continuado de energia, a Reitoria pretendeu promover alteração unilateral quantitativa em percentual superior a 25% com a concordância do particular, além de suspender a execução por 60 (sessenta) dias por atraso em empenho orçamentário.

À luz do regime jurídico disciplinado pela Lei Federal nº 14.133/2021 quanto aos procedimentos, invalidação, revogação, recursos administrativos e prerrogativas contratuais, assinale a afirmativa juridicamente correta:

- (A) A anulação do procedimento licitatório prescinde da oitiva prévia dos licitantes por consubstanciar exercício do poder de autotutela vinculado à legalidade estrita, enquanto a revogação exige prévia manifestação apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- (B) O recurso administrativo interposto contra o ato de julgamento de propostas ostenta efeito suspensivo automático e compulsório por força de lei, impedindo a continuidade dos atos subsequentes de habilitação até o seu julgamento definitivo pela autoridade superior.
- (C) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera efeitos retroativos (*ex tunc*), desconstituindo a relação jurídica desde a sua origem, o que exime peremptoriamente a Administração Pública do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data da invalidação, independentemente de haver agido de boa-fé.
- (D) As cláusulas exorbitantes autorizam a Administração Pública a alterar unilateralmente o objeto do contrato para acréscimos quantitativos além do limite legal de 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja prévia anuência por escrito do contratado e justificativa do interesse público primário.
- (E) A revogação da licitação pressupõe motivo de conveniência e oportunidade decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, sendo assegurada a manifestação prévia aos licitantes que tenham manifestado interesse em participar do certame; ademais, a nulidade da licitação induz a do contrato, ressalvada a faculdade legal de a autoridade modulá-la no tempo para resguardar a continuidade da atividade pública.

40. O Centro Universitário de Adamantina, no estado de São Paulo, pretende contratar, mediante contratação direta sem competição, renomado jurista para ministrar aula magna inaugural aos ingressantes da faculdade e prestar parecer especializado de alta complexidade sobre reestruturação de seu plano docente.

Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, essa hipótese de contratação direta:

- (A) consubstancia inexigibilidade de licitação, exigindo-se a comprovação cumulativa da inviabilidade de competição, da notoriedade do profissional e da natureza singular do serviço, com vedação à subcontratação.
- (B) configura dispensa de licitação em virtude do valor reduzido do serviço técnico especializado.
- (C) caracteriza hipótese de licitação dispensada, operando-se diretamente por presunção absoluta de desinteresse público no certame.
- (D) qualifica-se como inexigibilidade de licitação aplicável indistintamente a serviços de publicidade, divulgação institucional e pareceres jurídicos rotineiros.
- (E) exige realização obrigatória de leilão acadêmico prévio para averiguação objetiva do menor preço entre doutores e especialistas da área.

DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

41. No dia 10 de março de 2018, Caio celebrou um contrato de compra e venda de um imóvel com Tício. O negócio foi concluído e a escritura pública lavrada e registrada na mesma data. Exatos quatro anos e cinco dias depois, em 15 de março de 2022, Caio descobriu, de forma inequívoca e documentalmente provada, que fora vítima de *dolo principal* por parte de Tício, o qual omitira intencionalmente uma circunstância essencial que, se conhecida, teria impedido a realização do negócio. Inconformado e sentindo-se lesado, Caio ajuíza, em 10 de abril de 2022, a competente Ação Anulatória do Negócio Jurídico.

Com base nas disposições do Código Civil sobre Defeitos do Negócio Jurídico, Prescrição e Decadência, bem como na jurisprudência pacificada do Superior Tribunal de Justiça (STJ) cobradas no edital, assinale a afirmativa correta:

- (A) A pretensão anulatória de Caio encontra-se fulminada pela prescrição, uma vez que o prazo de 4 (quatro) anos para a invalidação do negócio jurídico por vício de consentimento conta-se da data de sua celebração.
- (B) O direito de Caio decaiu, haja vista que o prazo decadencial de 4 (quatro) anos para pleitear a anulação do negócio jurídico por dolo tem como termo inicial o dia em que se realizou o negócio, sendo juridicamente irrelevante a data da descoberta do vício.
- (C) A ação anulatória é tempestiva e o mérito deve ser apreciado, visto que, por construção jurisprudencial do STJ (aplicação da teoria da *actio nata* em seu viés subjetivo), o prazo decadencial de 4 (quatro) anos inicia-se apenas no momento em que a parte enganada toma efetivo conhecimento do dolo.
- (D) O negócio jurídico em questão é eivado de nulidade absoluta em razão do dolo principal, de modo que a declaração judicial de sua invalidade tem natureza declaratória, não se sujeitando a quaisquer prazos prescricionais ou decadenciais.
- (E) Por se tratar de dolo, que configura ato ilícito, o prazo para a anulação do negócio é de 3 (três) anos, a contar da data da celebração do contrato, operando-se a prescrição da pretensão de Caio antes mesmo da descoberta do fato.

42. De acordo com as disposições expressas do Código Civil sobre o domicílio da pessoa natural, assinale a afirmativa correta:

- (A) Tem domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.
- (B) O domicílio civil da pessoa natural é uno e indivisível, não se admitindo a pluralidade de domicílios ainda que a pessoa viva alternadamente em mais de uma residência.
- (C) O domicílio do marítimo e de quem operar embarcação de transporte fluvial é a sede da capitania dos portos em que estiver matriculado.
- (D) O domicílio do servidor público municipal ou estadual é fixado exclusivamente na capital do respectivo Estado.
- (E) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural que não tenha residência habitual o local onde se encontre o seu patrimônio de maior valor.

43. No âmbito da Teoria Geral dos Fatos Jurídicos do Código Civil, o acontecimento decorrente exclusivamente de forças da natureza, sem qualquer intervenção da vontade humana, mas que produz efeitos no mundo do direito, classifica-se tecnicamente como:

- (A) Negócio jurídico.
- (B) Ato jurídico em sentido estrito.
- (C) Fato jurídico em sentido estrito.
- (D) Ato-facto jurídico.
- (E) Ato ilícito.

44. Acerca da disciplina das nulidades do negócio jurídico no Código Civil e do entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), assinale a afirmativa correta:

- (A) O negócio jurídico celebrado mediante simulação é anulável, sendo defeso ao magistrado reconhecer o vício de ofício.
- (B) A nulidade do negócio jurídico somente pode ser alegada pelos contratantes diretamente prejudicados, não podendo ser suscitada pelo Ministério Público nem pronunciada de ofício pelo magistrado.
- (C) As nulidades absolutas sujeitam-se ao prazo geral prescricional de 10 (dez) anos previsto no Código Civil, após o qual o negócio jurídico reputa-se plenamente convalidado.
- (D) As nulidades absolutas devem ser pronunciadas pelo magistrado quando as encontrar provadas, sendo facultado ao juiz supri-las caso haja pedido expresso e unânime de todas as partes do negócio.
- (E) O negócio jurídico nulo de pleno direito não é suscetível de confirmação e não convalesce pelo decurso do tempo, sendo imprescritível a pretensão de ver declarada a sua invalidade.

45. Nos termos do regime de responsabilidade e ilicitude regulado pelo Código Civil, a conduta do titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes caracteriza:

- (A) Exercício regular de direito.
- (B) Erro substancial sobre o objeto do negócio.
- (C) Ato-facto jurídico estritamente lícito.
- (D) Caso fortuito decorrente de força maior.
- (E) Abuso de direito, equiparado a ato ilícito.

46. Em ação ordinária de cobrança movida contra o Centro Universitário de Adamantina perante a Vara Cível local, o procurador judicial da instituição foi intimado eletronicamente para contestar o pedido. A decisão que determinou a citação com prazo de 15 (quinze) dias úteis foi considerada formalmente realizada numa sexta-feira, dia útil de expediente forense normal.

De acordo com as normas do Código de Processo Civil que disciplinam o tempo, a forma e a contagem dos prazos dos atos processuais, o primeiro dia da contagem do prazo processual para a apresentação da contestação é:

- (A) A própria sexta-feira em que ocorreu a intimação formal.
- (B) O sábado imediatamente subsequente.
- (C) O domingo imediatamente subsequente.
- (D) A segunda-feira subsequente, desde que seja dia útil.
- (E) A terça-feira subsequente, em virtude da dobra automática de prazo concedida a instituições de ensino.

47. De acordo com o Código de Processo Civil, os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos. O pronunciamento judicial de natureza decisória que não põe fim à fase cognitiva do procedimento comum nem extingue a execução classifica-se como:

- (A) Despacho.
- (B) Sentença terminativa.
- (C) Decisão interlocutória.
- (D) Acórdão.
- (E) Ato ordinatório.

48. Em determinada ação judicial proposta contra o Centro Universitário de Adamantina (FAI), o magistrado proferiu decisão desfavorável à instituição com fundamento em matéria jurídica sobre a qual não foi concedida qualquer manifestação prévia ao seu corpo jurídico.

Ao proferir decisão sem dar à parte a oportunidade de se manifestar previamente sobre o fundamento utilizado, o magistrado violou de forma direta o princípio constitucional e processual da:

- (A) Inafastabilidade da jurisdição.
- (B) Vedação à decisão surpresa, corolário do contraditório substancial.
- (C) Celeridade processual.
- (D) Publicidade dos atos processuais.
- (E) Imparcialidade do juiz natural.

49. No procedimento da declaração incidental de inconstitucionalidade disciplinado pelo Código de Processo Civil, arguida a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do poder público perante órgão fracionário de Tribunal, este não submeterá a arguição ao plenário ou ao órgão especial quando:

- (A) A arguição for suscitada exclusivamente pelo Ministério Público, cabendo ao próprio órgão fracionário declarar a invalidade da lei.
- (B) O processo originário tramitar perante vara da Fazenda Pública Estadual ou Municipal.
- (C) Já houver pronunciamento do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.
- (D) As partes do litígio celebrarem negócio jurídico processual afastando a cláusula de reserva de plenário.
- (E) O valor da causa for inferior a sessenta salários mínimos, prevalecendo o rito sumário simplificado.

50. À luz dos princípios constitucionais aplicados ao Processo Civil e das normas fundamentais do CPC, a garantia constitucional que assegura a todos o direito de obter, em prazo razoável, a solução integral do litígio, incluída a atividade satisfativa, corresponde expressamente ao princípio da:

- (A) Imparcialidade do juiz.
- (B) Razoável duração do processo.
- (C) Inalterabilidade da petição inicial.
- (D) Legalidade estrita das formas.
- (E) Autonomia privada absoluta.

Realização:

